

Identidade, Etnicidade e os Estudos Medievais

Profa. Dra. Isabela Albuquerque
Professora Adjunta de História Medieval
Universidade de Pernambuco (UPE/Campus Garanhuns)
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1445-2895>
isabela.albuquerque@upe.br

Resumo: Em plano século XXI, frente a novas ondas conversadoras, ancoradas em discursos racistas, os temas relacionados a identidades e etnicidades continuam sendo pertinentes para os estudos históricos, sobretudo para a Medievalística. Diante de movimentos e discursos que ainda se alegam herdeiros de uma identidade europeia, a qual estaria sendo apagada e exterminada em função da presença de imigrantes no continente, torna-se importante repensar ambos os conceitos e sua aplicabilidade para os estudos sobre o Medievo. O objetivo deste artigo consiste em apresentar os debates mais recentes em torno do conceito de identidade e etnicidade e pensar a aplicabilidade de ambos enquanto categorias de análise na Medievalística, sobretudo tomando como público-alvo estudantes de graduação em contato pela primeira vez com a temática.

Palavras-chave: identidade, etnicidade, Medievalística

Abstract: In the 21st century, in the face of new waves of conservative, anchored in racist discourses, themes related to identities and ethnicities continue to be relevant for historical studies, especially for medieval studies. Faced with movements and discourses that still claim to be heirs of a European identity, which would be erased and exterminated due to the presence of immigrants on the continent, it becomes important to rethink both concepts and their applicability to studies on the Middle Ages. The purpose of this article is to present the most recent debates around the concept of identity and ethnicity and to think about the applicability of both as categories of analysis in the medieval period, specially targeting undergraduate students in contact with the topic for the first time.

Keywords: identity, ethnicity, medievalistic

1. A respeito do conceito de identidade

Muito tem se discutido no universo acadêmico nas últimas quatro décadas acerca de cultura e identidade. Nas Ciências Humanas, tanto a Antropologia quanto a Sociologia têm procurado demarcar seus limites, revendo posicionamentos de autores mais tradicionais e discutindo velhas e novas abordagens, bem como contextos em tempos pré-modernos em que o conceito poderia ser aplicado.

Quanto aos estudos sobre identidade, os mesmos passaram a se tornar mais expressivos a partir do final dos anos 1980, durante a chamada virada cultural. Nesse momento, com a desagregação do mundo soviético e o fim dos Estados multiétnicos, como a antiga Iugoslávia, o debate em torno da identidade em suas formas diversas (nacional, étnica, religiosa, de gênero) passou a ocupar mais espaço. Outro fator que merece destaque foi a atuação de movimentos negro, feminista e *queer* que levantam suas bandeiras na luta contra o seu silenciamento na história, reivindicando seus espaços enquanto agentes históricos e seu reconhecimento também enquanto grupos.

Nos debates sobre identidade, foram os estudos pós-coloniais e decoloniais os responsáveis por alavancar essa discussão. Embora não estejam sistematizados como teoria propriamente, mas enquanto um campo de estudos que sinaliza novos paradigmas metodológicos para análise das relações sociais e da análise cultural, o termo foi empregado inicialmente no contexto pós-guerra, mas seu uso ganhou mais força a partir da década de setenta, dentro dos estudos literários.

Na pesquisa histórica a respeito de como povos que se consideravam distintos relacionavam-se entre si, os conceitos de identidade e etnicidade podem ser de grande valia para compreensão dessa dinâmica.

Em linhas gerais, identidade diz respeito a como os seres humanos se caracterizam e conceituam-se a si próprios, aos que identificam como seus iguais e àqueles que entendem como membros de outros grupos. A identidade passa, portanto, por uma relação de pertença a um grupo social e reconhecimento por este como parte integrante dele também. Seja ela étnica ou cultural, funciona como uma estratégia de significação, na qual são privilegiados determinados elementos que a compõem em detrimento de outros.

Como afirma Cuche, “a identidade é uma construção que se elabora em uma relação que opõe um grupo a outros grupos com os quais está em contato.” (CUCHE, 2002: 182). Podemos afirmar, portanto, que o processo de formação de identidades é por

excelência relacional. Compreendemos a emergência das identidades do ponto de vista relacional e centrada numa relação de oposição é um ponto de partida, mas seria muito limitado concentrá-la apenas a partir de uma comparação com o outro, aquele que eu identifico como diferente de mim.

Dentro dos estudos sobre identidade, esta pode ser dividida de duas maneiras, *individual* e *coletiva*. Todavia, representam um tema bem mais complexo e, tendo em vista as interações dos indivíduos em seus inúmeros grupos sociais e suas estratégias particulares de constituição de suas identidades, centraremos nossa análise na sua acepção coletiva.

Identificar pessoas como seus iguais faz parte, portanto, de um processo natural do ser humano em que a sua sobrevivência está em jogo, entendida aqui não apenas em condições somáticas, mas também psicológicas. Os indivíduos, nos grupos sociais, elegem quais são os fatores que devem ser destacados, tendo em vista alguns aspectos da cultura. Dessa forma, o processo de construção de significado baseia-se em “um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significado” (CASTELLS, 2008: 22).

Logo, a identidade é forjada por meio de um processo de significação, baseado em indivíduos que reúnem e compartilham uma soma de elementos comuns, os quais são identificados e escolhidos por eles como relevantes. Denys Cuhe afirma que “a cultura pode existir sem consciência de identidade, ao passo que as identidades podem manipular ou até mesmo modificar uma cultura.” (CUCHE, 2002: 76). Portanto, apesar da ligação estreita entre os dois elementos, estes não devem ser confundidos, pois, para que identifiquemos uma cultura, não se faz necessário que haja a identificação de seus integrantes enquanto um grupo.

Por ser um processo de significação e vinculado a atributos culturais, as identidades não são de forma alguma essenciais ou pré-existentes, mas cunhadas a partir da cultura, podendo ser revistas, ampliadas, restringidas ou adaptadas.

Assim como cultura, identidade também é um conceito e, como todo ele, polissêmico, suscetível a formas diversas de interpretação. Mais do que um elemento no qual os indivíduos reconhecem a si mesmos como integrantes de um mesmo grupo, seja ele étnico ou social, a temática da identidade levanta questões mais complexas sobre sua própria constituição.

A relação entre os indivíduos e o grupo com o qual se identificam não passa apenas por uma relação de características comuns a este. A identificação é um processo de significação e, nesse caso, os símbolos possuem um papel importante, por meio da marcação da diferença, "tanto por meio de sistemas simbólicos de representação quanto por meio de formas de exclusão social" (WOODWARD, 2007: 40). A vinculação a elementos que os indivíduos entendam como primordiais é importante, mas esse não é o único aspecto a ser destacado. Por vezes, o que um grupo social delimita como importante pode ser modificado, de acordo com seus interesses, pois as características eleitas por ele não são imutáveis, mas fazem parte de uma estratégia, na qual o poder de escolher quem está dentro e quem está fora é o que está em jogo.

Mais do que um processo de pertencimento a um grupo, a identidade transmite também a ideia de ser reconhecido por ele como seu integrante, como uma via de mão dupla, pois não basta apenas identificar-se como parte de um grupo social; o mesmo precisa reconhecer naquele indivíduo que ele dispõe das singularidades necessárias que o compõem.

Logo, a identidade não é composta de indivíduos juntos em um contexto coletivo, mas de sujeitos, numa espécie de ator social coletivo "pelo qual indivíduos atingem o significado holístico em sua experiência" (CASTELLS, 2008: 26), constituindo-se primeiramente um projeto de vida, mesmo sem que esse processo seja conscientemente premeditado. O conceito de experiência atrelado a essa abordagem torna-se profícuo, pois insere as especificidades de cada uma dessas vivências, construídas e que só podem ser abordadas estritamente à luz de um contexto histórico e social.

2. O conceito de etnicidade

Extrapolando a temática da identidade, etnicidade é um termo ainda bastante evocado no século XXI. Utilizado por muitos como um sinônimo de raça, conceito este já ultrapassado e em desuso nas Ciências Humanas, a etnicidade não é um fenômeno biológico, vinculada à natureza humana ou essencialista. Dentre os estudos sobre etnicidade, as principais correntes teóricas podem ser divididas em sociobiológicos, instrumentalistas, mobilizacionistas e os neomarxistas. Foi a partir dos anos 1960 que antropólogos e cientistas sociais passaram a se debruçar sobre o conceito de etnicidade para melhor compreender o período histórico que os rodeava: a descolonização dos

continentes africano e asiático e o surgimento de uma série de novos estados independentes (SOUSA, 1999: 109) Entretanto, foi com o antropólogo norueguês Fredrik Barth, com sua obra pioneira *Grupos Étnicos e suas Fronteiras* de 1969, que os estudos sobre etnicidade tomaram novo fôlego e as propostas de análise apresentaram-se como mais produtivas. Ao apresentar uma leitura crítica às concepções sobre os grupos étnicos enquanto categorias estáticas e substituindo-as por uma visão dinâmica, sua influência foi sensível a uma série de estudiosos e pesquisadores das gerações seguintes. Após cinco décadas, muito se avançou a partir da proposta de Barth e nas Ciências Humanas o termo passou a ser mais utilizado como uma categoria descritiva do que propriamente analítica, com propósitos científicos e acadêmicos (POUTIGNAT & STREIFF-FENART, 1998: 85).

Barth analisa, sobretudo, a *fronteira*, vista por ele como um espaço onde ocorrem as interações entre grupos distintos. Para ele, as atenções sobre etnicidade devem recair sobre ela e os autores não deveriam fixar-se tanto nos traços que distinguem os supostos grupos étnicos. Barth destaca a importância destas [fronteiras] enquanto espaços de interação, pois as distinções étnicas dependem justamente disso. Por conseguinte, na análise do antropólogo, as fronteiras não representam locais de segregação ou de ausência de contato, mas justamente o inverso, de interações.

Dando sequência a essa perspectiva, em seu texto *Etnicidade e o conceito de cultura*, Barth defende logo no início que “os grupos étnicos não são formados com base em uma cultura comum, mas sim que a formação de grupos ocorre com base nas diferenças culturais” (BARTH, 2005: 16). Não haveria, portanto, identidades étnicas absolutas, pois são as diferentes circunstâncias que fazem com que o resultado destas [identidades] sejam variáveis. Reiterando, a etnicidade não é formada a partir de características biológicas ou dadas, mas é fruto da cultura, que manipula estes elementos ditos biológicos, a fim de delimitar um grupo étnico.

No final dos anos oitenta, o vocábulo etnicidade foi retomado, bastante ligado ao contexto de desagregação do mundo soviético e aos fluxos migratórios de africanos, principalmente para o continente europeu. A combinação desses fatores levou lideranças políticas a fazerem uso do termo, muitas vezes justificando verdadeiros atos de genocídios, como as limpezas étnicas no Kosovo e em Ruanda, por exemplo

Apesar da contribuição do pensamento barthiano na chamada crítica ao paradigma primordialista, as contribuições do antropólogo norueguês em muito se assemelham e se

aproximam de uma visão de grupos étnicos como partilhadores de elementos culturais. Destarte, se etnicidade serve como ação ou representação, nas quais pessoas destacam a elas ou a outras como portadoras de uma identidade cultural, a identidade étnica, assim como outras modalidades de identidade; seria, portanto, uma escolha, uma estratégia, a partir da qual pessoas reconhecem si mesmas ou a outras como portadoras de elementos que compõem simbolicamente suas identidades. Mas, quais são os principais elementos escolhidos para construção dessas identidades étnicas?

Jones afirma que a falta de uma teoria que abarque condições objetivas combinadas com percepções subjetivas tem sido a principal dificuldade em organizar uma teoria que responda a como os grupos tendem a reconhecer e organizar suas associações étnicas (JONES, 2003: 88). Como o objetivo deste artigo é pensar o conceito de etnicidade dentro dos estudos históricos e sobretudo sua aplicabilidade na Mediévica, seria o mesmo aplicável ainda nos dias de hoje? Poderia ele ser utilizado ou deveria ser abandonado enquanto uma categoria de análise? Afinal, se falamos sobre o surgimento de novos grupos étnicos e que não se pode defender a ideia de que etnicidade seja uma categoria natural e imutável, não seria etnicidade o mesmo que uma identidade cultural? Essa última indagação é inclusive uma crítica feita à abordagem de Barth, marcada por um caráter voltado em demasia para uma perspectiva culturalista

Acrescentemos a este debate algumas breves considerações sobre o Estado Nacional. Eric J. Hobsbawm, que dedicou boa parte de sua produção às reflexões acerca do fenômeno do nacionalismo, também buscou compreender as relações que perpassam a construção de um grupo étnico e em como elas podem adquirir funções políticas e ver-se associada a projetos, tanto nacionalistas quanto separatistas (HOBSBAWM, 2000: 274).

Dentro do discurso político, a etnia representa um sentimento de pertença real - ao menos na visão desses agentes e sujeitos -, expressa pelos integrantes de um dado grupo. O sentimento *real* de pertença, palavra utilizada pelo próprio Hobsbawm, vem muitas vezes associado à noção de que esta forma de identidade preexiste a outras, o que auxilia na coesão dentro destes Estados, ao assumir uma faceta a qual serviu de justificativa teórica - e prática, inclusive - para a construção das bases dos Estados Nacionais, no século XIX.

O conceito de etnia no continente europeu, que muitas vezes acompanha *pari passu* o nacionalismo, mantém suas raízes fincadas nos primeiros tempos medievais,

sobretudo após a desagregação do mundo romano, seguido pelo assentamento e constituição dos chamados “reinos germânicos”¹ Os intelectuais do século XIX veem no período medieval e em seus grupos étnicos a gênese de seus Estados Nacionais, vislumbrando a possibilidade de dar coesão aos povos que compunham suas fronteiras na contemporaneidade. No bojo da elaboração de uma identidade étnica, existe um forte apelo a um sentimento de pertença, fixação de símbolos identitários que demarcam uma origem comum, um passado compartilhado. Mas esse passado não é necessariamente o da ciência histórica, mas de uma história mítica ou legendária.² Desta forma, a criação de uma tradição legitimadora destes Estados remonta aos primeiros tempos do Medievo.

3. Etnicidades no Medievo: contribuições de um debate

Deixando de lado as relações entre identidade étnica e o fenômeno do nacionalismo e enfocando o conceito de etnicidade dentro dos estudos sobre o Medievo, podemos observar que este foi marcado por muitos preconceitos e análises errôneas sobre o período.

Podemos apontar que o conceito de etnicidade foi frequentemente veiculado nas fontes documentais enquanto forma de identificação (*Lex Visigothorum*, *Gentes Anglorum*, *Regnum Francorum* - para mencionarmos apenas algumas delas). Contudo, como na ciência histórica nossos materiais são compostos essencialmente de fontes escritas, a linguagem, expressa a partir das palavras, é o que permeia o período no qual essas pessoas viveram e os nossos tempos.

Talvez tenha sido a Arqueologia a se dedicar primeiro sobre o tema de maneira mais objetiva. O arqueólogo alemão Gustaf Kossina (1858-1931) desenvolveu o paradigma acerca da arqueologia histórico-cultural,³ segundo a qual cada cultura seria entendida como resultado de uma sequência única em desenvolvimento, vinculando-a também a um grupo étnico específico.

O chamado “método Kossina” exerceu forte influência no pensamento arqueológico até a primeira metade do século XX, utilizando de forma sistemática, pela primeira vez, o conceito de “cultura arqueológica” e fazendo-se valer da Arqueologia e dos paradigmas essencialistas sobre etnicidade para identificar o local de procedência dos povos germânicos. O paradigma essencialista parte do pressuposto de que é possível identificar grupos étnicos a partir de elementos culturais e que estes são a principal

marcação na formação de um grupo. Um exemplo disso é que Kossina “identifica um artefato com uma “cultura”, uma distribuição de artefatos com uma região cultural, esta com um grupo de assentamentos e sua população como um grupo étnico” (GÖTZ, 2009).

Seu caráter nacionalista fez com que a obra de Kossina fosse utilizada tanto durante a constituição do Império Alemão do século XIX, quanto foi relida, a fim de legitimar o espaço vital alemão, durante o período do nacional-socialismo. Os estudos arqueológicos, por vezes, tenderam a utilizar conceitos essencialistas e a dar explicações simplistas sobre a cultura material para expor o fenômeno da etnicidade (HAKENBECK, 2007:19). Muitas vezes, tal conceito serviu menos para elucidar e mais para legitimar disputas territoriais e presença de povos em determinados territórios. Autores do século XIX utilizaram-se da etnicidade para dar voz ao Nacionalismo e justificar expansões territoriais dentro e fora do continente europeu.

No campo da História, a obra do historiador alemão Reinhard Wenskus *Stammesbildung und Verfassung. Das Werden der frühmittelalterlichen gentes* ⁴ cuja primeira edição é datada de 1961, é um dos trabalhos pioneiros sobre o tema. Ao longo de sua obra, Wenskus defende que, na Alta Idade Média, a etnicidade não se tratava de um fenômeno estável e atemporal – como se costumava pensar no período – mas seria datado historicamente e marcado por disputas. Logo, o contexto sociopolítico que se está analisando deve ser levado em conta ao se abordar o estabelecimento de grupos enquanto unidades étnicas. Merecem destaque ainda as publicações na área de Herwig Wolfram, Walter Pohl e Patrick Geary, historiadores os quais, apesar de gerações distintas, beberam das ideias de Wenskus, e publicaram trabalhos sobre o assunto a partir do final dos anos 1980, inaugurando a chamada “Escola de Viena”.

Do ponto de vista arqueológico, aliado aos autores da Escola de Viena, Hakenbeck faz um balanço de como a Arqueologia lidou com a temática da etnicidade nos últimos anos. A autora afirma que é um tanto complicado – e inclusive errôneo – identificar grupos étnicos a partir de características externas, tais como língua e cultura (HAKENBECK, 2007: 20). Essa forma de identificação étnica torna-se inexequível, porque é possível um grupo populacional assimilar determinadas características objetivas de outro e não necessariamente fazer parte de um mesmo grupo étnico.

A própria identificação de um grupo de indivíduos como pertencente a um grupo étnico específico ou outro é algo impossível. Não se pode analisar a partir de traços do DNA se um indivíduo era escandinavo ou inglês, por exemplo, baseado em aspectos como

altura, circunferência do crânio, grupo sanguíneo ou características genéticas. O máximo a que se pode chegar é a conclusão de que existem certas semelhanças entre certas sociedades europeias, o que nos auxilia no entendimento de processos migratórios (HADLEY, 2002: 59).

Os Estudos Medievais, ao ficarem no contexto político de ascensão desses novos reinos no Alto Medievo, negligenciaram sua atenção à transição dessas populações - na concepção desse grupo, consideradas enquanto *germânicas* - e à sua organização enquanto reinos. De acordo com os membros da Escola de Viena, o ponto-chave para o entendimento do período seria investigar as relações políticas e a tradição. Sobre as propostas de análise para etnicidade, Goetz afirma que, por não serem as *gentes*, no período medieval, unidades estáveis, devemos investigar necessariamente suas transformações ao longo daquela época ao invés de buscá-las na origem dos povos. Se esses grupos eram formados a partir da tradição ao invés da descendência, devemos buscar entender como esses povos enxergavam a si próprios enquanto membros de uma mesma *gens* (GOETZ, 2003: 5). As motivações políticas e as estratégias engendradas para tal é que davam a forma e o tom de como esses grupos étnicos passaram a se formar.

Em seu artigo *Power and Ethnicity History and Anthropology*, Patrick Geary procurou traçar a historicidade do termo etnicidade, cunhado e derivado do grego antigo *ethnos*, relativizando o papel das Ciências Sociais em tomar para si conceitos que não necessariamente traduzem uma determinada sociedade (GEARY, 2015: 2). Em outras palavras: a ausência de determinados vocábulos que melhor expliquem um processo histórico faz com que o pesquisador seja obrigado a lançar mão de conceitos preexistentes, por falta de arcabouço linguístico que melhor o explique. O problema é que, ao fazê-lo, muitas vezes os pesquisadores das áreas de Ciências Humanas não o problematizam e tendem a procurar uma maneira de encaixá-los em grandes modelos explicativos.

O texto de Geary é uma crítica bastante contundente à explicação da constituição de grupos étnicos a partir de grandes esquemas de análise e nos faz refletir até que ponto etnicidade é um conceito básico para compreender as sociedades humanas e, em caso contrário, como seria melhor trabalhá-lo. Ainda em seu artigo, Geary faz algumas considerações ao conceito de etnicidade vinculado ao Estado-Nação, proposto por Anthony Smith (genealogia, laços de origem, mobilização popular, costumes e tradições vernaculares), afirmando que o cientista social parte da premissa de que esta forma de

identificação é universal, uma forma de leitura do processo histórico a qual todas as sociedades humanas estariam fadadas.

Se identificar grupos, mesmo em Estados Nacionais do século XIX, era uma tarefa difícil, que dirá no período medieval, quando as populações viviam sob o que Pohl chamou de “ambiguidades étnicas” (POHL, 1991: 41). Era perfeitamente possível para membros da elite considerarem a si mesmos como integrantes de mais de um grupo étnico, quando a situação se apresentava de maneira vantajosa para tal. A assertiva de Pohl permite-nos pensar que os reinos recém-organizados do Alto Medievo não eram um composto homogêneo das etnias as quais eles muitas vezes evocavam, mas um amálgama de diversos grupos liderados ou governados por uma elite que construía um mito sobre sua origem. É por meio da etnogênese e de um mito fundador que as aristocracias traçaram suas histórias e trajetórias, justificando o poder adquirido e o domínio sobre outras populações, incorporadas aos seus reinos.

Geary analisa cinco pontos, os quais autores contemporâneos e medievalistas tendem a avaliar erroneamente como marcas de etnicidade: 1) relacioná-la à lei e à língua; 2) pensar que cada povo possuía uma identidade étnica específica; 3) achar que todos os contemporâneos seriam capazes de reconhecer a identidade étnica de um indivíduo; 4) pensar a identidade étnica como tradicionalmente imutável - com exceção de muitas gerações depois; 5) crer ser a etnicidade um motivo de atritos dentro da sociedade (GEARY, 2012: 4).

O principal problema de tais tópicos é que estes são modelos explicativos gerais, e a etnicidade, conforme já mencionamos, não pode ser encaixada enquanto tal. De acordo com Pohl, classificar etnicidade a partir de aspectos operacionais é fortuito, pois não há como diferenciá-los de maneira geral como categorias objetivas, pois a constituição de um grupo deve ser entendida, necessariamente, a partir da atividade humana e de seus desdobramentos (POHL, 1991: 47). É, portanto, na vida em comunidade e na experiência histórica compartilhada que o grupo étnico se delimita e constrói sua identidade.

Logo, se não se pode determinar os grupos étnicos a partir de grupos linguísticos e cultura material, como abordá-los? Geary avança em seu texto defendendo que esses elementos sozinhos não dão conta do fenômeno da etnicidade, pois esta só faz sentido à luz dos discursos social e político, dentro de um contexto específico e trazendo à luz a experiência histórica (GEARY, 2015: 3). Tais especificidades contextuais dentro dos processos históricos devem ser consideradas como determinantes na construção da

identidade étnica, muito mais que a proposição de esquemas abrangentes para sua análise. Nosso maior cuidado deve ser para que essa terminologia não seja apropriada pelas Ciências Sociais sem a devida preocupação com sua aplicabilidade, considerada dentro de sua historicidade. Os discursos acerca dos povos na Alta Idade Média representam muito mais propaganda e uma política legitimadora do que propriamente expressões linguísticas que denotam uma expressão de identidade étnica. Desenvolver uma teoria geral sobre etnicidade, mesmo que baseada em exemplos que se dizem concretos pelo mundo, seria, portanto, inviável.

Logo, entender o fenômeno da etnicidade não deve ser o objetivo final ao se analisar uma sociedade, mas o ponto de partida, como uma espécie de código que precisa ser decifrado para que se compreenda o processo de transformação social (GEARY, 2012: 17), código este em que está expressa a forma como uma sociedade lida com suas diferenças e quais características eram vistas como primordiais na construção de um grupo étnico. Como se trata de uma construção, um dos pontos que mais merecem nossa atenção são os mecanismos de produção daquele, ou seja, quando a etnicidade passa a se tornar um assunto relevante dentro de uma sociedade. Nas palavras de Geary,

Como aplicado para a etnicidade na Alta Idade Média, a implicação desta concentração em etnicidade como um processo subjetivo é que a própria tarefa não deve ser determinar quem era franco, quem era romano ou quais efeitos estas identidades étnicas diferentes tinham nas relações comuns. Em vez disso, deve-se atentar para determinar por quais critérios indivíduos e grupos deviam ser identificados como tais e, igualmente importante, sobre quais circunstâncias a etnicidade era entendida. Isto é, em que contextos a etnicidade passa a ser um assunto relevante (GEARY, 2012: 17).

Conforme abordamos com relação às identidades, a etnicidade também é construída a partir de determinados elementos estratégicos, selecionados ou deixados de lado de acordo com o que se quer suprimir ou valorizar. Mais interessante que simplesmente observar a etnicidade como um motivador na construção dos reinos germânicos após a desagregação do mundo romano, seria analisar quais os mecanismos de construção desses grupos enquanto unidades étnicas e quais os motivos que os levaram a isso.

Diferentemente do que ocorre nos países contemporâneos, as fronteiras não eram, na Alta Idade Média, territórios, regiões, reinos dos grupos étnicos que as habitavam.

Antes de tudo, havia divisões étnicas nos territórios e não entre eles (GEARY, 2005: 53). O assentamento das populações germânicas que migraram para dentro das fronteiras do Império não ocorreu de maneira igual, ou seja, havia uma grande colcha de retalhos que marcava esses povos. A identidade étnica em si não era a base de uma unidade ou oposição política, muito embora a oposição política fosse frequentemente expressa através da manipulação simbólica destas “semelhanças preexistentes”, a fim de moldar uma identidade e uma comunidade em oposição aos seus inimigos.

Embora em seu discurso a etnicidade esteja associada a uma comunidade com um passado compartilhado a partir de um ancestral comum, um grupo étnico é marcado por uma suposta semelhança, a qual se baseia em elementos simbólicos que o costurem enquanto comunidade. Esses elementos, como são escolhidos pelos seus membros, fazem com que eles transitem por entre as fronteiras, tornando-as mais estreitas ou mais largas, dependendo do contexto, da proposta e do que está em jogo. É perfeitamente possível abrir esses espaços limítrofes para que outras características sejam incluídas para o grupo ou cerceá-las, buscando assim estreitar quem é membro da comunidade. Dessa forma, reforçamos uma vez mais o pressuposto de que a etnicidade não se trata de um fenômeno natural, mas é construída a partir de características eleitas pelos integrantes, consideradas importantes pelo grupo étnico.

Em momentos de conflito contra um inimigo externo, por exemplo, tende-se a alargar essas fronteiras, de maneira a abarcar mais indivíduos que possam combatê-lo. É importante ressaltar também que quem comandou esse processo foram escassos membros de uma elite, a qual se encontrava no poder. Sendo assim, uma identidade étnica em si apenas não serve como argumento base para a sustentação de unidades ou disputas políticas.

Resumindo esta breve análise sobre os usos de terminologia étnica na Alta Idade Média, achamos uma contradição entre os critérios articulados, segundo os quais os povos devem ser diferenciados e as circunstâncias nas quais essas diferenciações realmente ocorrem. Critérios como origem, costumes, língua e lei, embora subjetivos e maleáveis, ainda eram características da etnicidade cultural. As reais circunstâncias nas quais as designações étnicas parecem ter sido mais intensamente sentidas foram majoritariamente políticas (GEARY, 2012: 16) ⁵

As circunstâncias que marcam a identidade étnica seriam na verdade políticas e não dados baseados na lei, nos costumes ou na língua. A maleabilidade com a qual esses elementos moldam a identidade étnica nos provê pistas sobre os mecanismos utilizados na marcação da identidade étnica de um determinado grupo e o porquê de sua escolha. Mais uma vez, reforçando a posição da Escola de Viena, as identidades, sejam elas étnicas ou não, são construídas ao longo do processo histórico e da experiência compartilhada, a partir dos elementos considerados importantes pelo grupo.

Sob outra perspectiva e crítico a alguns pressupostos da mencionada escola no parágrafo anterior, o historiador inglês Guy Halsall traz algumas reflexões bastante pertinentes a respeito do campo. O autor concorda que grandes avanços foram dados nos estudos da área e que a etnicidade deve ser abordada a partir de seu viés situacional e não estático. Entretanto, Halsall apresenta algumas reflexões importantes a serem incluídas nesse debate.

Em sua obra *Barbarian Migrations and the Roman West, 376-568*, o historiador inglês tece algumas críticas a como o processo das migrações no período de transição da Antiguidade para o Medievo, tendem a ser analisados pelos pesquisadores, mais como um dado, numa espécie de contexto narrativo do que propriamente e sem considerar necessário provar ou demonstrar como essas populações recém-chegadas interagiam com os grupos indígenas. Em função da escassez de fontes produzidas no período a respeito, Halsall defende que é preciso dialogar com a Arqueologia e teorizar a respeito da etnicidade nesses dados arqueológicos e escritos (HALSALL, 2007). É justamente ao desnaturalizar tal ocorrência que Halsall considera tão primordial cogitar outras formas de analisar os grupos em questão.

Consideramos algumas das ideias trazidas por Halsall no capítulo *Defining identities* deveras inovadoras para os estudos sobre etnicidade no Medievo – para além de outras em que desenvolve alguns dos pressupostos afinados com a Escola de Viena, como o caráter situacional e instrumentalista.

Em nossa opinião, outros pontos importantes trazidos ao debate seriam: 1) questões de gênero e de ocupação; 2) o caráter performático da etnicidade; 3) o estado mental cognitivo; 4) a identidade étnica enquanto um arco espectro e 5) questões psicológicas e emocionais envolvidas nesse processo (HALSALL, 2007: 38). Halsall destaca que, apesar de todos os problemas que o conceito em si carrega, ignorar o fenômeno social seria um equívoco por parte dos pesquisadores, haja vista que diversas

sociedades na Antiguidade Tardia e no Medievo reivindicaram-se enquanto pertencentes a um grupo étnico.

No primeiro aspecto destacado pelo historiador, não estão presentes, em qualquer forma de identificação étnica, demarcações de gênero ou ocupacionais como pré-requisitos para compor um grupo étnico específico. A identificação de um conjunto de pessoas a partir dos elementos de uma identidade étnica independe se os seus integrantes eram homens ou mulheres ou que papéis e tarefas ocupacionais desempenhavam. Logo, o fenômeno da etnicidade é distinto de outras formas de identificação como identidades de gênero ou de classe, por exemplo.

O segundo ponto é de que a identidade étnica não é algo inerente, mas algo que precisa ser *performatizado*, seja nas vestimentas ou nos costumes. Esse talvez seja o mais interessante de sua proposta, ao elencar as escolhas dos agentes históricos em externar e desempenhar um papel social enquanto integrante de um dado grupo étnico. Seja através de uma atividade pensada e premeditada, sistematizada de forma deliberada e consciente ou aprendida no subconsciente e encenada como um ato social, a etnicidade se apresenta em seu cerne como um ato performatizado.

A terceira delas é de que, apesar de diversos elementos considerados como norteadores de uma identificação étnica (origem comum, religião, compartilhamento de costumes e práticas culturais), há exceções quanto a uma distinção: a etnicidade ancora-se num estado mental cognitivo, na crença de que aquele grupo existe e que é distinto de outros. Para muito além de dados objetivos que possam de alguma forma ser mensuráveis e confirmados em que consiste e se baseia uma (suposta) identidade étnica - conforme já abordamos em nosso artigo anteriormente - a etnicidade enquanto manifestação discursiva existe, pois nas fontes documentais aparecem registrados dessa forma. Os produtores dessas narrativas esforçaram-se por elaborar em seus discursos projetos baseados na crença de que havia alguma forma de se diferenciar de outros.

O quarto elemento engloba pensar que todos os indivíduos nascem dentro do que Halsall chamou de um arco de espectro e que não é possível simplesmente escolher sua identidade étnica aleatoriamente. Ultrapassando o argumento de que a identidade é uma escolha, o autor traz à discussão o fato de que há limitações quanto a essas escolhas.

Por último, uma identidade não deve ser compreendida apenas a partir de vantagens materiais. Os membros envolvidos podem reciclar seu nome e significados de maneira a resistir a uma forma de dominação, por exemplo. Logo, tanto de forma material

ou instrumental, vantagens ou desvantagens, uma afiliação étnica pode apresentar uma importância subjetiva, que normalmente despreza apenas fatores racionais e objetivos.

Compreender o fenômeno da etnicidade como **cognitiva, com múltiplas camadas, performativa, situacional, dinâmica, objetiva/subjetiva** permite-nos avançar para um estudo mais completo das transformações étnicas na Antiguidade Tardia, pois, ao avaliar o fenômeno da etnicidade sob essa perspectiva, o/a pesquisador/a não se prende a apenas buscar quais eram os elementos considerados relevantes para formação de um determinado grupo étnico como tal e como os mesmos eram articulados discursivamente.

Tendo em vista que todas essas formas de organização foram construídas a partir das dinâmicas dos agentes históricos à frente desses reinos, é muito mais profícuo analisarmos os padrões que se repetem e como são articulados do que apenas descrevermos os elementos externos a essas etnicidades como categorias objetivas.

A proposta de Halsall é instigante, ao apresentar etnicidade enquanto performance e um estado mental cognitivo, permeado por um conjunto de elementos que seus agentes históricos acreditam compartilhar. A utilização desses dispositivos na construção/mobilização de uma identidade étnica, mesmo sendo ela fluida ou de difícil delimitação e definição, representa uma das formas mais utilizadas e poderosas de como as pessoas se organizavam e, segundo o autor, a análise a respeito da mesma deve ser mantida.

4. Considerações finais

Como acompanhamos até aqui, a abordagem sobre grupos étnicos no Medievo é um terreno pantanoso, marcado por problemas conceituais herdados do século XIX e naturalizados no vocabulário de historiadores e historiadoras ao longo do século XX. O mundo tardo-antigo e medieval era dinâmico e, ao nos depararmos com culturas em contato, é relevante pensarmos uma abordagem que não exclua uma identidade, a fim de privilegiar outra ou que elas surjam como um combate, tal qual as narrativas das fontes por vezes apontam, para que não meramente reproduzamos os discursos presentes nas mesmas. Algumas formas de análise se apresentam como bem mais proveitosas e interessantes, pois vão além da dicotomia nós *versus* outro, primando por interações,

conexões e trocas entre grupos distintos, apontando suas estratégias, suas predileções e suas escolhas.

Abandonar o termo em si é negar que traços de etnicidade estiveram aí presentes, o que seria erro, haja vista que estaríamos negligenciando algo que é caro aos agentes históricos do período. Entretanto, não podemos tomar seus discursos nas fontes como traços de uma identidade étnica bem delimitada e demarcada, a fim de buscarmos traços de elementos de etnicidade de quem fazia parte deles, mas devemos identifica-las como estratégias discursivas, com determinados fins e objetivos, os quais devem ser elucidados a partir de cada contexto e desenrolar específico.

Dessa forma, as ideias que Pohl e Geary desenvolveram, a partir da obra de Wenskus, foram fundamentais para estruturar a maneira como os medievalistas observam e analisam as relações entre grupos étnicos no mundo tardo-antigo e nos primeiros tempos do Medievo. Ancorados também nos estudos arqueológicos, a cultura material também desempenha um papel importante na construção de uma identidade étnica. Contudo, não se pode dizer que ela sozinha seja uma expressão da etnicidade, pois ela também é uma expressão de um discurso, centrado numa materialidade.

Não queremos afirmar com isso que a cultura material não pode expressar a delimitação de um grupo étnico. Dentro das discussões neste artigo acerca de etnicidade, podemos concluir que a marcação de uma identidade étnica representa muito mais uma denotação de poder do que propriamente um elo sanguíneo e não há nada de incoerente no fato de um indivíduo transitar entre mais de uma identidade, seja ela étnica ou social. Logo, a etnicidade traduz a expressão de poder de um grupo, o qual traz consigo a noção de que compensa fazer parte de um determinado grupo étnico e não de outro.

Por outro lado, as contribuições de Halsall provém importantes análises dentro do campo, principalmente ao incluir reflexões dos aspectos em que a etnicidade difere de outras formas de identificação e quais as suas particularidades. A vinculação do caráter performático da identidade étnica não apenas enquanto uma estratégia, mas também enquanto um estado cognitivo e para além de dinâmicas objetivas de uma escolha para sua adoção, ventila novas possibilidades de análise e abre portas para tecermos outras reflexões na longa duração braudeliana, conciliando com a categoria de gênero, ou vincularmos grupos diversos a um mesmo estudo, numa perspectiva comparada, por exemplo.

A proposta deste artigo, ademais de situar nosso leitor nos debates a respeito do conceito de etnicidade e traçar um breve panorama de algumas abordagens, desde o século XIX até início do século XXI, é atentar para as nuances e especificidades desse fenômeno, demonstrar o quão complexas são essas discussões, para que outras perguntas e novas propostas de análise possam ser desenvolvidas. Defendemos, portanto, que o conceito não deva ser abandonado, mas frequentemente desnaturalizado, revisto e historicizado, considerando que os grupos no Medievo estavam em frequentes contatos num mesmo território e que podemos vislumbrar o fenômeno da etnicidade para além de suas fronteiras, sejam elas geográficas, simbólicas ou culturais.

Referências

- AZEVEDO, José. “Culturas: a construção das identidades”. In: **Africana Studia**, nº 2, 2000.
- BALAKRISHNAN, Gopal. **Um Mapa da Questão Nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BARTH, Fredrik. “Grupos étnicos e suas fronteiras”. In: POUTIGNAT, Philippe & STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1998. p. 187-227.
- BARTH, Fredrik. “Etnicidade e o conceito de cultura”. In: **Antropolítica**, nº 19/ 2º semestre de 2005. p. 15-30.
- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- BURKE, Peter. **Hibridismo cultural**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2010.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. São Paulo: EDUSC, 2002.
- CURTA, Florin. “Some remarks on ethnicity in medieval archaeology”. In: **Early Medieval Europe**, 2007 15 (2), p. 159-185.
- FUNARI, Pedro Paulo A. “Teoria e métodos na Arqueologia contemporânea: o contexto da Arqueologia Histórica”. In: **Revista de Humanidades**, V. 06. N. 13, dez.2004/jan.2005.
- GEARY, Patrick J. **O mito das nações: a invenção do nacionalismo**. Cambuci: Conrad Livros, 2005.

- _____. **Writing History: Identity, Conflict, and Memory in the Middle Ages.** București-Brăila: Editura Academiei Române, 2012.
- _____. Power and Ethnicity History and Anthropology. In: **History and Anthropology.** Vol. 26, Iss. 1, 2015. p. 1-10.
- GOETZ, Hans-Werner, JARNUT, Jörg and POHL, Walter. **Regna and Gentes: The Relationship between Late Antique and Early Medieval Peoples and Kingdoms in the Transformation of the Roman World.** Leiden-Boston: Brill, 2003.
- GÖTZ, Manuel Alberto Fernández. “Gustaf Kossina: análisis crítico de uma figura paradigmática de La arqueología europea”. Disponível em **ARQUEOWEB. REVISTA SOBRE ARQUEOLOGÍA EN INTERNET** 11, 2009 - <http://pendientedemigracion.ucm.es/info/arqueoweb/pdf/11/gotz.pdf>. Acessado em 13 de junho de 2015.
- HADLEY, D.M. “Viking and native: re-thinking identity in the Danelaw”. In: **Early Medieval Europe.** Volume 11, Issue 1, 2002. p. 45-70.
- HAKENBECK, Susanne E. Situational Ethnicity and Nested Identities: New Approaches to an Old Problem. In: **Anglo-Saxon Studies in Archaeology and History** 14, 2007. p. 19-27.
- HALL, S. & SOVIK, L. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009
- HALSALL, Guy. **Barbarian Migrations and the Roman West, 376 -568.** New York: Cambridge University Press, 2007.
- HOBBSBAWM, Eric J. “Etnia e nacionalismo na Europa de hoje”. In: BALAKRISHNAN, Gopal. **Um Mapa da Questão Nacional.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 271-282.
- LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico.** 16ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- JONES, Siân. **The Archaeology of Ethnicity.** London and New York: Routledge, 1997 (Ed.2003).
- POHL, Walter. “Ethnicity in Early Medieval Studies”. In: **Archaeological Polona**, vol. 29: 1991, 39-49.
- POUTIGNAT, Philippe & STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade.** São Paulo: Editora Unesp, 1998.
- MINTZ S.W. Cultura: uma visão antropológica” In: **Tempo**, vol.14, nº 14, 2010.

- NICOLAZZI, Fernando. A narrativa da experiência em Foucault e Thompson. In: **Anos 90**, v. 11, n. 19/20, 2004.
- SMITH, Anthony D. **A identidade nacional**. Lisboa: Gradiva, 1997.
- SOUSA, Ivo C. Etnicidade e nacionalismo: uma proposta de quadro teórico. In: **Africana Studia**, nº 1, 1999.
- SOUSA, Lynn Mario T. Menezes de. “Hibridismo e tradução cultural em Bhabha”. In: ABDALA JR., Benjamin (Org.). **Margens da cultura**: mestiçagem, hibridismo e outras misturas. São Paulo: Boitempo, 2004. p. 113-133.
- THOMPSON, E.P. **A formação da classe operária inglesa**: A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004
- WILLIAMS, Raymond. Cultura. In: **Palavras-chave**: um vocabulário de cultura e sociedade. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.
- WOODWARD, Kathryn. “Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual”. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2007.

¹ A própria denominação de povos germânicos é, segundo Geary, discutível. Ao longo da segunda metade do século XIX, quando os Estados nacionais escreviam suas histórias, filólogos alemães reuniam os principais documentos nos Monumentos Históricos da Alemanha (*Monumenta Germaniae Historica*), colocando a língua como o elemento de ligação entre os diferentes povos germânicos, dentre os quais se origina a língua alemã, falada e escrita no século XIX.

² Com relação ao próprio Estado Nacional, afirma Benedict Anderson ser ele uma comunidade imaginada, no qual as tradições, os símbolos e os heróis, por exemplo, são criados, a fim de legitimar este mesmo Estado. ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

³ Em linhas gerais, podemos afirmar que a arqueologia histórico-culturalista marca uma tendência do próprio século XIX - a construção de uma história nacional, de mitos fundadores, buscando a legitimação para a construção dos Estados nacionais. Na ausência de fontes escritas que dessem conta dessas explicações, a Arqueologia assumiu um papel político de legitimador do Estado, naturalizando a relação entre estes e seus povos de origem. A partir da noção de que cada nação seria composta de um povo (grupo étnico, definido biologicamente), um território delimitado e uma cultura (entendida como língua e tradições sociais), formou-se o conceito de cultura arqueológica (FUNARI, 2004/2005, 1).

⁴ Formação das Tribos e sua constituição. A gênese dos povos da Alta Idade Média.

⁵ GEARY, Patrick. **Writing History**: Identity, Conflict, and Memory in the Middle Ages. București-Braïla: Editura Academiei Române, 2012. . p. 16. “To summarize this brief examination of the uses of ethnic terminology in the early Middle Ages, one finds a contradiction between the articulated criteria by which peoples were to be differentiated, and the circumstances in which these differentiations actually took place. Criteria such as origin, customs, language, and law, while subjective and malleable, were still characteristics of cultural ethnicity. The actual circumstances in which ethnic designations seem to have been felt most acutely were largely political.”